

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.230 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2001

Servidor do Executivo deve voltar a receber até o final de cada mês

Congresso rejeita medida provisória que permitia ao governo pagar os vencimentos do funcionalismo até o quinto dia útil do mês subsequente. Foram aprovadas as MPs que regulam a emissão de títulos públicos e o Sistema de Orçamento Federal

Duas medidas provisórias aprovadas e uma rejeitada foram o saldo da primeira sessão realizada pelo Congresso Nacional durante o atual período de convocação extraordinária. Foram acolhidas as MPs que tratam das regras para o lançamento de títulos do Tesouro Nacional e do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal. Por 223 votos a favor e 216 contra, foi derrubada a medida que possibilitava ao Executivo pagar os seus funcionários até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

PÁGINA 3



Eurico será o principal alvo das investigações

PÁGINA 8



A pauta do Congresso Nacional para o período de convocação inclui outras 71 medidas provisórias, que aguardam a manifestação dos deputados federais e senadores



Para Antonio Carlos, o excesso de MPs "usurpa" prerrogativas do Legislativo

ACM apela por votação de limites à edição de MPs

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, fez um apelo aos parlamentares para que votem, durante a convocação, a proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias (MPs).

PÁGINA 5

Crimes contra administração pública podem ter novas regras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo que altera as penas e tipificações dos crimes contra a administração pública.

PÁGINA 8



A CCJ aprovou por unanimidade o substitutivo apresentado por Bernardo Cabral

Senado inclui mais um projeto na pauta

PÁGINA 8

Antonio Carlos diz que ficará na Presidência do Senado até o dia 14

Senador afirma que vai cumprir o previsto no Regimento Interno e nega procedência à tese levantada por outros parlamentares de que ele teria que deixar o cargo hoje

O senador Antonio Carlos Magalhães informou que transmitirá a Presidência do Senado no dia 14 de fevereiro, logo após a escolha do seu sucessor. Antonio Carlos explicou que essa é a forma prevista pelo Regimento Interno do Senado, e que não procede a tese levantada por outros parlamentares de que ele teria que deixar o cargo hoje, 1º de fevereiro. "Quem fala no dia 1º é porque é ignorante e não conhece o Regimento do Senado", afirmou.

Respondendo a uma pergunta feita pelos jornalistas sobre o que

achava daqueles que classificavam a sua permanência no cargo até o dia 14 de fevereiro como golpismo, Antonio Carlos disse que "estes são os que estão preocupados em ser derrotados".

Para Antonio Carlos, quem fala em sua saída no dia 1º "é porque é ignorante e não conhece o Regimento do Senado"



ACM acredita em entendimento com os partidos de oposição

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que "quem defende a moralidade e a decência jamais será derrotado". E garantiu que vai continuar a defender esses dois princípios "para impedir que um corrupto seja presidente do Senado".

Antonio Carlos fez as declarações na chegada ao Instituto Tancredo Neves, local de reunião da Executiva do PFL destinada a debater questões políticas relativas à sucessão das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados. O senador disse, ainda, que não defende o lançamento de um nome do PFL para sua sucessão na Presidência da Casa e desmentiu reportagem de um jornal paulista que lhe atribuiu a intenção de reabrir o caso Eduardo Jorge, ex-secretário-geral da Presidência da República. Ele voltou a manifestar preferência pelo senador José Sarney (PMDB-AP) para sucedê-

lo na presidência do Senado.

ENTENDIMENTO

À tarde, Antonio Carlos disse que acredita em um entendimento do PFL com os partidos da oposição para lançar um candidato de consenso à Presidência do Senado. Mesmo não descartando seu apoio ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), lançado terça-feira pela oposição, ele explicou que os entendimentos poderão levar a um outro nome da própria oposição ou de um outro partido.

"Tenho por ele (Jefferson Péres), entretanto, a maior simpatia e respeito, por se tratar de uma das melhores figuras da Casa", afirmou Antonio Carlos, acrescentando que, matematicamente, o candidato Jader Barbalho não venceria a eleição para a Presidência do Senado se houvesse a união dos partidos que estão fora do acordo PMDB/PSDB.

Senadores do PFL decidem na terça posição sobre disputa

Na próxima terça-feira, dia 6, os senadores pefelistas se reúnem para definir a posição do partido na eleição para a Presidência do Senado. Depois disso será marcada reunião da Executiva do partido, que dará continuidade à discussão do assunto. Ontem a Executiva Nacional do PFL decidiu dar carta branca ao deputado Inocêncio Oliveira (PE) para compor com representantes de outras agremiações a chapa com que concorrerá à Presidência da Câmara.

Para o vice-presidente do PFL, senador José Jorge (PE), é impossível uma composição do partido com Jader Barbalho, na eleição para a Mesa do Senado, "por causa do veto de Antonio Carlos Magalhães". Quanto a uma composição com a oposição, afirmou que não está decidida nem descartada: "É possível, mas não é provável."

Já o senador José Agripino (PFL-

RN) informou que, para Inocêncio Oliveira arregimentar as forças partidárias que julgar convenientes, a Executiva do PFL abriu mão de indicar representantes para dois outros cargos na Câmara. Decidiu também proibir a participação de pefelistas em chapas concorrentes.

Na opinião do senador Freitas Neto (PFL-PI), a delegação dada a Inocêncio resultará, "pela lógica", numa Mesa em que os partidos mais importantes na composição indicarão representantes para os cargos mais importantes.

Para a eleição no Senado, o líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), acredita que os 21 pefelistas deverão "votar de uma maneira só, unidos". Segundo ele, as negociações que o PFL realizar na Câmara são independentes da posição a ser adotada no Senado, onde defende uma estratégia que tenha "harmonia com o Bloco Oposição".

Saturnino e Lando debatem na TV o Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial (FSM), realizado entre os dias 25 e 30 de janeiro em Porto Alegre, em oposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje. Os senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), participantes do Fórum Parlamentar do FSM, discutem a importância do encontro na reavaliação da globalização. O programa será exibido às 6h30 e 19h30.

A redução na cobrança do Imposto de Renda na fonte e o reajuste na tabela da Receita Federal em 28,4% são temas do programa *Entrevista* de hoje com o senador Paulo Hartung (PPS-ES). O senador discute a estrutura do imposto, especialmente no caso das pessoas físicas, e defende mudanças na cobrança para corrigir desigualdades. O programa vai ao ar às 7h30, 14h e 20h30.

Ainda na programação de hoje, às 9h30 e 18h30, a reprise da entrevista do senador Pedro Piva (PSDB-SP), em que o parlamentar analisa o desempenho da economia brasileira e os bons índices alcançados pelo Brasil na área do emprego e da produção.

Também hoje a TV Senado apresenta o especial *Violência*, que analisa as causas da insegurança atual dos brasileiros e discute os caminhos que o governo, a sociedade e o Congresso procuram para enfrentar o problema. O programa vai ao ar às 6h e às 19h.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

9h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: Apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso vota três medidas provisórias

Em sua primeira sessão plenária durante o período de convocação extraordinária, o Congresso Nacional apreciou três medidas provisórias e deu início à votação de mais uma – cujo texto foi aprovado pelos deputados mas ainda precisa ser apreciado pelos senadores. Duas medidas foram acolhidas pelo Plenário e seguiram para promulgação. Uma foi rejeitada. Outras 71 medidas constam da pauta da convocação extraordinária.

Foram aprovadas as medidas provisórias que regulamentam a emissão de títulos públicos e o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal. As duas vêm sendo reeditadas desde o governo do ex-presidente Itamar Franco. O Congresso rejeitou a medida que estabelecia o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado. Com isso, os funcionários deverão voltar a receber seus vencimentos ao final de cada mês.



A sessão do Congresso, encerrada por volta das 22h, será reiniciada hoje com outras MPs na pauta

Servidor do Executivo deve voltar a receber salário até o fim de cada mês

Os servidores do Poder Executivo federal deverão voltar a receber seus vencimentos até o último dia de cada mês. Por 223 votos a 216 – com três abstenções – o Congresso Nacional derrubou ontem à noite a medida provisória que permitia o pagamento dos vencimentos até o quinto dia útil ao mês subsequente ao trabalhado.

Além dos partidos de oposição, o PFL também se colocou contra a medida, que vinha sendo reeditada há mais de seis anos. O líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira, que é candidato à Presidência da Casa e pouco antes havia se declarado em oposição ao governo, orientou a sua bancada a votar contra a medida.

A medida provisória recebeu parecer favorável, em plenário, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que a considerou necessária para evitar prejuízos ao plano de estabilização econômica. O senador Ademir Andrade (PSB-PA), por sua vez, considerou a regra injusta, uma vez que os servidores do Legislativo e do Judiciário, além dos próprios parlamentares, continuam recebendo seus vencimentos entre os dias 20 e 30. “Deveríamos então mudar também as nossas regras”, disse Ademir antes da votação.

Aprovada MP que regulamenta emissão de títulos

Por 222 votos a 206 – com seis abstenções – o Congresso Nacional aprovou ontem à noite a medida provisória que regulamenta a emissão de títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Reeditada por 89 vezes, a medida foi adotada inicialmente pelo ex-presidente Itamar Franco.

De acordo com a medida provi-

sória, o Executivo fica autorizado a emitir títulos da dívida pública para, entre outras finalidades, prover o Tesouro de recursos necessários à cobertura de seus déficits, troca por bônus da dívida externa brasileira e permuta por títulos do Tesouro Nacional em poder do Banco Central.

O relator da medida, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), disse que

ela tinha como principal vantagem a consolidação da legislação a respeito da emissão de títulos. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) recordou o grande aumento da dívida pública nos últimos seis anos – de R\$ 60 bilhões para R\$ 540 bilhões – e criticou o aumento dos gastos com o serviço da dívida, em detrimento de investimentos em saúde e educação.

Regulamentação do Sistema de Planejamento torna-se lei

Medida provisória que regula o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal foi aprovada ontem à noite pelo Congresso Nacional. De acordo com a medida, que recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), no Plenário, o sistema tem por finalidade formular o planejamento estratégico nacional.

Também caberá ao sistema, segundo o texto aprovado, formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social; elaborar o plano plurianual, as

diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais; e gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal.

É proibida pela MP a nomeação, para o exercício de cargo no âmbito do sistema, de responsáveis por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, de condenados em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública e de pessoas punidas em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público em qualquer esfera de governo.

Votação entre senadores dá início à sessão de hoje

O primeiro item da pauta da sessão do Congresso hoje será a medida provisória que autoriza repasses do Tesouro Nacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e transfere o inteiro controle desses recursos ao Conselho Monetário Nacional. Ainda segundo a MP, o BNDES poderá utilizar os recursos do Fundo de Participação do PIS-Pasep para conceder financiamentos aos estados e às entidades por ele controladas.

Aprovada pela Câmara dos Deputados por 217 votos a 187, a medida provisória – que entrou na pauta de ontem pelo critério de antiguidade – não foi apreciada pelo Senado por falta de *quorum*. Somente 17 senadores estavam presentes no momento da votação, por volta das 22h. Depois de um acirrado debate, em que o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), orientou os parlamentares do partido a compor com a oposição, votando contra a matéria, os líderes partidários concordaram em estabelecer

votação nominal. Isso terminou impedindo a votação pelo Senado.

De acordo com o senador Ademir Andrade (PSB-PA), a MP, na prática, aumenta os prazos do repasse do Tesouro para o FAT, que passam de dez dias para um mês, e retira do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) o controle sobre os recursos. Ademir salientou que essa é mais uma medida a prejudicar os trabalhadores, já que o BNDES poderá dispor dos recursos.

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), asseverou que a rejeição da MP prejudicaria, entre outros, os programas de geração de empregos nos estados. Na mesma linha, o deputado Gérson Peres (PPB-PA) defendeu a MP, e afirmou que as modificações que constam na MP são provenientes de entendimento do Supremo Tribunal Federal. O governo estaria, apenas, seguindo o parecer do STF.



Nabor: para acabar com a violência, é preciso garantir o acesso à educação e à moradia

Crescimento da violência preocupa Nabor Júnior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) expressou indignação com a escalada de violência que toma conta do país. "A situação está se tornando insuportável", protestou Nabor, chocado com o assassinato do segurança do Senado Eliel Carvalho da Silva, ocorrido em Samambaia. Nabor disse que se despediu de Eliel, que trabalhava na ala em que se localiza o gabinete do parlamentar, poucas horas antes do assassinato do segurança.

Na opinião do senador, o aumento da violência urbana está associado, principalmente, a problemas sociais e ao desajuste familiar de grande parte dos jovens. "Se quisermos acabar com a violência, temos que garantir o acesso de todos à educação e à moradia, além de criar oportunidades de emprego e renda", afirmou. Para Nabor, se as pessoas têm condições de levar uma vida digna, esquecem o crime.

Outra medida que o senador sugere para coibir o avanço da violência é uma campanha educativa para orientar os pais a não deixarem armas ao alcance das crianças. A iniciativa faria parte de uma proposta mais ampla, de estímulo ao desarmamento da população. Esse esforço de redução da criminalidade também passaria, segundo Nabor, por um maior controle sobre a veiculação de cenas de violência em filmes, novelas e programas infantis, que, segundo ele, são quase um estímulo à prática do crime.

Nabor Júnior acredita que o projeto que restringe a posse de armas no país, a ser votado pelo Senado, pode contribuir para melhorar a segurança pública. O senador entende a polêmica em torno da medida e vai apresentar uma emenda à proposta durante a votação em plenário. Sua intenção é dar um prazo de um ano para cadastramento dos detentores de porte regular de arma.

CCJ examinará projeto que incentiva oferta de trabalho a ex-presidiário

Proposta de Eduardo Suplicy obriga as empresas que trabalham para o governo a reservar 1% da mão-de-obra utilizada aos egressos dos presídios

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que altera a Lei de Execução Penal para obrigar as empresas que trabalham para o governo a reservar 1% da mão-de-obra utilizada aos egressos dos presídios.

O mesmo projeto dispõe que os governos federal, estaduais e municipais poderão celebrar convênios com a iniciativa privada para a criação de oficinas de trabalho destinadas a ocupar mão-de-obra



Eduardo Suplicy quer viabilizar as disposições da Lei de Execução Penal

nas penitenciárias.

O senador explicou que a Lei de Execução Penal já disciplina

o trabalho do condenado, considerando sua finalidade educativa e produtiva. A mesma lei garante assistência ao egresso, pelo prazo de um ano, a contar da saída do estabelecimento prisional, e ao liberado condicional, durante o período de prova.

Suplicy argumenta que a lei é marcada pela falta de mecanismos para ser executada. "Assim, para que suas disposições não fiquem inócuas, é imprescindível que criemos fontes geradoras de trabalho dentro dos presídios e fora

deles", observa.

Na opinião do senador, combater a ociosidade de quem sai da cadeia é fundamental para que o ex-presidiário dirija sua mente para o trabalho. Daí porque ele considera importante criar-se fontes geradoras de trabalho e incentivo às empresas, a fim de que colaborem com o funcionamento do sistema penitenciário, proporcionando melhoria nas condições de vida dos presos e também daqueles que saem dos presídios.

Álvaro Dias quer obrigar publicação de dados da caixa-preta de avião acidentado

Os relatórios das caixas-pretas de aviões acidentados deverão ser publicados no *Diário Oficial* da União até 15 dias após sua leitura oficial, caso seja aprovado projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) nesse sentido. O senador afirmou que as empresas vêm negando acesso às informações contidas nos relatóri-

os das caixas-pretas, argumentando que são sigilosas até a conclusão das investigações. Ele pretende garantir a publicidade desses dados.

O projeto, que será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e tem como relator o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), objetiva garantir a

tranquilidade dos usuários. "A quem beneficia o sigilo? Certamente não aos cidadãos, que têm no direito à informação um dos pilares da democracia", diz Álvaro. Na opinião do senador, a aprovação do projeto dará mais transparência às investigações e terá repercussão positiva sobre a redução dos acidentes.



Segundo Álvaro Dias, o sigilo das caixas-pretas não interessa aos cidadãos

Pauta do Senado na convocação extraordinária – Período: 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001

Projeto	Assunto	Autor	Relator	Parecer	Tramitação
PLC 10, de 1996	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Código Penal.	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela inconstitucionalidade do PLC 10/96 e pelo desapensamento do PLS 104, de 1995	Os projetos tramitam em conjunto. Por solicitação do governo, a CCJ decidiu suspender a tramitação do PLC 10/96.
PLS 104, de 1995	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade.	Romeu Tuma (PFL-SP)	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo.	Aprovado o parecer na reunião da CCJ do dia 31/01. O projeto segue para apreciação do Plenário.
PLC 45, de 1998	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública.	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Na CCJ, foi aprovado parecer de Calheiros, favorável ao PLS 614/99, na forma de substitutivo, que proíbe, com exceções, a venda de armas. Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas.	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na CRE, aguardando inclusão em pauta.
PLS 292, de 1999	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo.	Gerson Camata (PMDB-ES)	Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e Pedro Piva (PSDB-SP), Na CRE.		
PLS 386, de 1999	Estabelece critérios para o porte de armas de fogo.	Djalma Falcão (ex-senador)			
PLS 614, de 1999	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional.	José Roberto Arruda (PSDB-DF)			
PLC 103, de 2000	Altera a redação da Lei Orgânica da Seguridade Social (altera a aplicação de multa a administradores públicos que atrasarem o recolhimento de contribuições ao INSS).	Executivo	José Fogaça (PMDB-RS)		O projeto está na CCJ, aguardando a apresentação de relatório.
PLC 44, de 2000	Acrescenta dispositivos à lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (instaura regras para facilitar a sua entrada no mercado de trabalho).	Executivo	Iris Rezende (PMDB-GO)		O projeto está na CCJ, aguardando a apresentação de relatório.
PLS 276, de 2000 (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para uniformizar os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o ano fiscal.	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Ramez Tebet (PMDB-MS)		O projeto está na CCJ, aguardando a apresentação de relatório.

Antonio Carlos quer votar limites à edição de MPs

Para o presidente do Senado e do Congresso, não é possível mais suportar o excesso de medidas provisórias baixadas pelo governo. “O Legislativo não pode aceitar que parte de suas prerrogativas continue sendo usurpada”, afirmou ele

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, fez um apelo aos parlamentares para que seja votada, ainda durante a convocação extraordinária, a proposta de emenda constitucional que disciplina a edição de medidas provisórias.

— Ou aprovamos essa limitação do poder do Executivo de baixar MPs ou será o próprio Supremo Tribunal Federal que tomará a iniciativa de extingui-las por completo, conforme está sugerindo a Ordem dos Advogados do Brasil — disse o senador.

Segundo Antonio Carlos, o Congresso não tem mais condições de tolerar o excesso de MPs editadas e reeditadas pelo Executivo. “O Legislativo não pode aceitar que



ACM espera que seja votada durante a convocação a emenda que restringe o uso de MPs

parte de suas prerrogativas continue sendo usurpada”, disse.

Ele também conclamou os parlamentares a votarem as 75 medidas provisórias que compõem a pauta da convocação extraordi-

nária, em especial as 21 incluídas na pauta da sessão de ontem. “Tenho certeza de que o Congresso vai cumprir o seu dever. Do contrário, ficaremos mal perante a opinião pública”, afirmou.

Matéria continua na pauta da convocação

A proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias pelo presidente da República continua na pauta de votação da convocação extraordinária do Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, contestou ontem a notícia de que retiraria a PEC de pauta atendendo solicitação do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ele informou que convocou todos os líderes partidários para uma reunião na próxima terça-feira, às 10h, quando será discutida a melhor data para votar a matéria. “Só não veio hoje (ontem) para a pauta porque ontem (terça-feira) foi um dia politicamente conturbado”, explicou.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da PEC, disse que a

votação dessa matéria tornaria plenamente justificável a convocação extraordinária. Para ele, a retirada de pauta nesse momento só poderia “atender a interesses políticos mais imediatos”.

“VERGONHA”

Concordando com Fogaça, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) acrescentou que o ideal seria acabar de uma vez com o instituto da medida provisória. “Do jeito que está, é uma vergonha para um país como o Brasil, cujo Legislativo está funcionando. Medida provisória não pode conviver com sistema presidencialista de governo”, argumentou Cabral, que já exerceu os cargos de ministro da Justiça e de presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Temer disse que fez o possível

para evitar a edição de MPs, “para que o Congresso pudesse cumprir por inteiro o seu papel”, tendo realizado mais de dez reuniões para conseguir o consenso em torno da PEC, que obteve a unanimidade na votação em plenário antes de ser encaminhada para o Senado, onde o seu texto foi alterado, levando a Câmara a reexaminá-la.

O deputado Aécio Neves (PSDB-MG), candidato à Presidência da Câmara, também contestou a versão de que estaria sendo beneficiado pela retirada de pauta da PEC. Ele lembrou que, há quatro meses, lançou documento em que propunha uma plataforma de trabalho em que se comprometeu, já no primeiro item, com a votação da proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias.

ciamento de Antonio Carlos sugerindo a hipótese de intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) na questão das medidas provisórias. Na opinião do deputado, o presidente do Senado deveria devolver ao Executivo as MPs sem relevância ou urgência por serem inconstitucionais e o STF deveria dirimir o conflito de competências.

— O Congresso Nacional é, pela Constituição, o órgão do Poder Legislativo responsável por legislar. As MPs degradam o Legislativo — disse o deputado.

Governo aprovou as restrições previstas pela PEC, diz Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS), que relatou a proposta de emenda constitucional (PEC) limitadora da edição de medidas provisórias (MPs) quando a matéria tramitou no Senado, disse ontem desconfiar que “questões políticas outras”, e não a escolha dos presidentes do Senado e da Câmara, podem estar dificultando sua votação pelo Congresso Nacional.

Fogaça disse não entender por que ainda há polêmica em torno da proposição, pois, na sua opinião, a matéria “encontra-se num ponto bom para ser votada”. Ele acha, contudo, que o governo pode não ter concordado em aceitar algumas alterações propostas pela oposição, e tenha decidido voltar atrás e rever o acordo.

— Quando coordenei esse acordo entre o Palácio do Planalto, a Presidência do Senado e os deputados, o governo foi partícipe



Na condição de relator, José Fogaça coordenou o acordo em torno da PEC que impõe limites à edição de MPs

das negociações e sempre houve um sim por parte dele — observou José Fogaça.

Ele acrescentou que a PEC das MPs pouco foi alterada na Câmara. Segundo Fogaça, o atual relator da matéria, deputado Roberto Brant (PFL-MG), reproduziu praticamente 95% do texto votado no Senado.

Para Ademir, base governista demonstra subserviência a FHC

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) sustentou ontem que é obrigação do presidente da Câmara, Michel Temer, colocar em votação a proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias e que tramita desde dezembro de 1999. Para ele, a lenta tramitação da matéria mostra que os partidos da base de sustentação do governo são subservientes às determinações do presidente Fernando Henrique.

— É uma vergonha que há mais de três anos essa matéria esteja em

discussão, sem que se tenha chegado a uma conclusão — disse.

Ao se referir aos discursos de Temer e do líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira, sobre o tema, Ademir Andrade disse, que antes de palavras bonitas, é preciso existir ação. No seu entender, “se o presidente da Câmara tem responsabilidade com a nação”, deve colocar a emenda em votação ainda nesse período de convocação. Conforme Ademir Andrade, a votação da proposta será uma prova de independência do Congresso.

ACM destaca o trabalho feito pelo Senado

Em resposta a questionamento do deputado Valdir Pires (PT-BA) sobre a forma como o Congresso Nacional lida com medidas provisórias (MPs), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou, durante a sessão de ontem do Congresso, ter feito tudo ao seu alcance para limitar o poder das medidas provisórias, uma vez que não foi possível extingui-las. Tal foi seu esforço, disse, que a limitação foi aprovada no Senado e a votação está parada na Câmara.

— Votar essa matéria foi um dos

motivos da convocação extraordinária, e a emenda constitucional, que deveria ter sido apreciada hoje (ontem), teve sua votação adiada — disse Antonio Carlos.

O deputado Valdir Pires fez a observação durante a votação da medida provisória que organiza e disciplina os sistemas de planejamento, orçamento, contabilidade e de controle interno do Poder Executivo federal. Para Pires, matérias como essa não deveriam ser tratadas em MPs e sim pelo Poder Legislativo. Valdir Pires se disse mais otimista ao ouvir o pronun-



Segundo Ademir Andrade, Temer colocará PEC em votação, se tiver “responsabilidade com a nação”

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – Especial – Violência
 6h30 – Cidadania – Senador Roberto Saturnino e senador Amir Lando falam sobre globalização e desenvolvimento
 7h30 – Entrevista – Senador Paulo Hartung fala sobre a correção da tabela do Imposto de Renda
 8h – Jornal do Senado
 8h30 – De coração – Humanização da UTI
 9h – Especial – Forte de Copacabana
 9h30 – Entrevista – Senador Pedro Piva fala sobre o desempenho da economia brasileira
 10h – Sessão Plenária (ao vivo)
 14h – Entrevista – Senador Paulo Hartung fala sobre a correção da tabela do Imposto de Renda
 14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
 18h30 – Entrevista – Senador Pedro Piva fala sobre o desempenho da economia
 19h – Especial – Violência
 19h30 – Cidadania – Senador Roberto Saturnino e senador Amir Lando falam sobre globalização e desenvolvimento
 20h30 – Entrevista – Senador Paulo Hartung fala sobre a

correção da tabela do Imposto de Renda
 21h – Jornal do Senado
 21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
 Em seguida – Música e Informação
 10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
 Em seguida – Música e Informação
 14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
 Em seguida – Música e Informação
 19h – A Voz do Brasil
 Em seguida – Música e Informação
 20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
 Em seguida – Música e Informação
 21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
 Em seguida – Música e Informação
 21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
 Em seguida – Música e Informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
 DirecTV: canal 163
 Sky Net: canal 30
 Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite: B1
- Transponder: 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência: 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Hartung aplaude a indicação da Pastoral da Criança para o Nobel

Segundo o senador, trabalho do voluntariado iniciado por dom Paulo Evaristo Arns conquistou respeito e admiração no mundo

O líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), considerou positiva a iniciativa do governo brasileiro de indicar a Pastoral da Criança – organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – para receber o Prêmio Nobel da Paz de 2001, ano internacional do voluntariado.

– Não se pode deixar de reconhecer que o governo foi muito feliz em sua iniciativa – afirmou o senador, ao lembrar que o organismo está em atividade há 19 anos e conta hoje com 145 mil voluntários.

Hartung observou que a pastoral conquistou o respeito e a admiração mundial pelos resultados que obteve nas áreas de saúde, nutrição e educação da criança, com base no princípio da solidariedade humana. Disse ainda que a entidade está organizada em rede e tem objetivos bem definidos.

A pastoral, relatou, surgiu de uma iniciativa de dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo, e do diretor-executivo do Unicef na época, James Grant, em Genebra. Grant convenceu dom Paulo de que a Igreja poderia fazer um trabalho para ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que morriam de doenças como a desidratação por falta de um trabalho de prevenção.

Hoje, detalhou Hartung, a entidade gasta menos de um real por mês para cada criança, recebendo recursos de organizações governamentais e não-governamentais e contando com o trabalho de lideranças comunitárias. Sua principal atuação, acrescentou, ocorre nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de pobreza dos pequenos e médios municípios brasileiros. A Pastoral da Cri-



Hartung afirma que Pastoral da Criança é uma prova de que solidariedade ajuda a promover justiça social

ança está presente nos 26 estados e no Distrito Federal.

– A Pastoral da Criança é uma prova concreta de que, com solidariedade, é possível promover justiça social num país de tantas desigualdades – disse o senador.

CCJ examinará projeto que obriga motorista profissional a fazer avaliação psicológica

O projeto de lei da Câmara que obriga motoristas profissionais a realizarem, periodicamente, exames psicológicos é uma das matérias que poderão ser votadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) durante a convocação extraordinária. A proposta já possui parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Em reunião da comissão no dia 13 de dezembro, o senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu vista do projeto para aprofundar sua análise.

O projeto, que modifica o novo Código de Trânsito, prevê que essa informação seja incluída na Carteira Nacional de Habilitação. Na justificativa da proposta, o seu autor, deputado Geovan Freitas, afirma que muitas anomalias comportamentais são oriundas do próprio exercício da profissão de motorista, “não podendo ser detectadas, portanto, à época da primeira habilitação, única oportunidade em que o novo código exige a avaliação psicológica do condutor”.



Romeu Tuma, relator da proposta, deu parecer favorável na Comissão de Justiça do Senado

Para o deputado, o exame psicológico em motoristas profissionais deve ser realizado com a mesma periodicidade determinada para o exame de aptidão física e mental. Geovan Freitas defende que, com essa providência, apenas condutores realmente capacitados, inclusive do ponto de vista psicológico, possam exercer essa atividade, considerada por ele “penosa e arriscada”.

Fogaça explica afastamento de assessor

O senador José Fogaça (PMDB-RS) leu ontem, durante a sessão do Congresso Nacional, nota em que explica o afastamento do seu chefe de gabinete, Sílvio Correia. Por ter assinado carta de recomendação beneficiando envolvido em denúncias de suposto golpe financeiro, Correia vem sendo citado na imprensa, o que motivou pedido de licença por parte dele mesmo, conforme explicou Fogaça.

– Resolvi aceitar o pedido de licenciamento e afastamento do cargo, para que possa buscar o mais cabal esclarecimento dos fatos e a demonstração de sua boa-fé – disse o senador na nota.

De acordo com o parlamentar, Correia assinou por conta própria carta de recomendação que, alega, foi-lhe pedida pelo subprocurador-geral da República Miguel Guscow, “amigo de culto evangélico e de sessões de estudo da Bíblia”.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Ronaldo critica possível extinção de programa na área educacional

Senador aponta ameaça à autonomia universitária e diz que o Ministério da Educação já iniciou o processo de desmonte do PET

A possibilidade de extinção do Programa Especial de Treinamento (PET), destinado a incentivar nas universidades o surgimento de grupos de estudo para o trabalho intelectual nos setores de ensino, pesquisa e extensão, foi criticada pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). O senador observou



Ronaldo Cunha Lima teme o início da privatização das universidades

que o PET, criado em 1979, é considerado um dos melhores programas na área educacional e sua extinção viria ferir a autonomia universitária, comprometer a ex-

pansão quantitativa do ensino superior e neutralizar os esforços empreendidos para a melhoria da qualidade dos cursos oferecidos pelas universidades.

Para ele, caso a extinção do programa se concretize, o Ministério da Educação dará provas de que caminha em direção oposta à construção da nação brasileira. O senador observou que, apesar de o PET ter apoio de vários setores da sociedade, o Ministério da Educação vem iniciando o processo de des-

monte do programa, por meio da retirada das chamadas taxas acadêmicas, destinadas à aquisição de equipamentos, livros e material didático. O ministério também tem deixado de conceder novas bolsas de mestrado aos alunos, acrescentou.

— O Programa Especial de Treinamento sofre discriminação por não produzir índices quantitativos, de cunho estatístico, tão esperados pelas autoridades nacionais e pelas agências financeiras internacionais — disse Ronaldo Cunha Lima, ao prever que a extinção do PET também poderia ser o início do processo de privatização das universidades, o que considera temerário.

Eduardo Siqueira Campos saúda implantação de universidade interativa no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) congratulou-se com o governo do Tocantins pela implementação da Universidade Interativa, que deverá entrar em funcionamento a partir do próximo ano, beneficiando 39 municípios daquele estado. A universidade funcionará associada ao Projeto de Educação Continuada. O projeto, conforme Eduardo, prevê cursos de treinamento, qualificação, capacitação e especialização em todos os níveis profissionais via satélite. Seus principais meios de transmissão serão o rádio e a televisão (TV Educativa).

— Trata-se de uma autêntica revolução no setor educacional, não apenas levando o acesso aos bancos escolares a toda a popula-

ção na faixa etária correspondente, como também promovendo a informática na educação, modernizando os padrões do ensino público — afirmou.

De acordo com o senador, será ministrado, numa primeira etapa, um curso superior de mestrado, alcançando quatro mil professores.

Posteriormente outras áreas serão beneficiadas. Ele observou que se trata de “um verdadeiro salto tecnológico na educação”.

Conforme Eduardo Siqueira Campos, milhares de pessoas que



Eduardo vê “uma autêntica revolução no setor educacional”

não tiveram oportunidade de estudar ou de complementar os seus estudos poderão fazê-lo em salas de aula virtual, através desses novos instrumentos educacionais.

Eduardo entende que, por ser um estado novo que ainda se resente da falta de profissionais adequadamente qualificados, a iniciativa é da

maior importância para o Tocantins. Isso porque, prosseguiu, um grande número de trabalhadores especializados será formado, tendo plenas condições de exercer seu ofício.

Bezerra pede definição sobre a rotulagem dos transgênicos

Preocupado com a necessidade de o Brasil rotular os produtos transgênicos, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu que o governo acelere os trabalhos da Comissão Interministerial que elabora portaria sobre o assunto. Ele entende que neste início de novo milênio o país precisa resolver esse problema, “em benefício do consumidor brasileiro”.



Carlos Bezerra quer respeito ao consumidor

Composta pelos ministros da Ciência e Tecnologia, Saúde, Agricultura e Justiça, a comissão, na opinião do parlamentar, não consegue chegar a um consenso. Ele disse que as divergências, inicialmente técnicas e burocráticas, passaram para o âmbito político. Também afirmou que desde o ano passado essa comissão se reúne, prometendo uma decisão para a semana seguinte, mas “as semanas vão correndo e o povo continua esperando”.

Carlos Bezerra referiu-se à notícia de que o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, tem argumentado que a rotulagem dos

transgênicos provocaria um aumento de 20% nos produtos e que haveria uma despesa desnecessária de R\$ 500 milhões. O senador observou que, “até hoje, não se conhece qualquer planilha que justifique o receio do ministro”.

Também afirmou que Pratini de Moraes é favorável à rotulagem apenas dos pro-

dutores que contenham mais de 5% de transgênicos, quando a Comissão Interministerial já havia decidido adotar o modelo da União Européia, que obriga a identificação nos rótulos quando o produto for composto por mais de 1% de ingredientes geneticamente modificados.

“Há um impasse na comissão, que precisa ser superado rapidamente, como forma de respeito ao consumidor”, argumentou Carlos Bezerra. Em sua opinião, parece que o governo receia retaliações americanas na comercialização dos nossos produtos, visto que os Estados Unidos se posicionaram contra o projeto brasileiro de rotulagem.

Valadares quer suspender a comercialização até 2004

Já se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que suspende, até 2004, todas as ações que legalizem a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados, nacionais ou importados. O projeto permite às entidades especializadas em pesquisa e manipulação de transgênicos o seu cultivo experimental no meio rural ou em laboratório, mas obriga-as a instituir Comissão Interna de Biossegurança. E, além das penas já existentes para quem infringir normas de biossegurança, o texto impõe novas penalidades aos infratores.

Além de multa, haverá pena de cassação de alvará, assim como apreensão e destruição de produtos cultivados, importa-



Valadares tem projeto para suspender a venda de transgênicos

dos ou comercializados. Valadares disse que o principal objetivo desse projeto é contribuir para o debate dos transgênicos, “cujas consequências ainda não foram devidamente avaliadas e esclarecidas por aqueles que detêm sua tecnologia para fins comerciais”.

O senador observou que os transgênicos suscitam preocupações com o meio ambiente, o desemprego rural, a saúde pública, o padrão alimentar, o modelo agrícola e o próprio futuro econômico e social da humanidade. Na opinião de Antonio Carlos Valadares, os estudos realizados até agora não dão segurança sequer razoável para a completa liberação dos transgênicos, o que justifica a necessidade de aprovação do projeto.

do CIDADÃO VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

Participe!
Não custa nada para você,
vale muito para o país.

Ligue! **0800 612211**

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCEM

A VOZ

CCJ aprova substitutivo que define crimes contra administração pública

Uso de informações privilegiadas, improbidade administrativa e demora no cumprimento de decisão judicial são algumas condutas tipificadas no texto que muda projeto do governo

Várias alterações nas penas e tipificações dos crimes contra a administração pública foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por unanimidade, os parlamentares da comissão aprovaram o substitutivo apresentado pelo relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O parecer da CCJ, que será ainda apreciado pelo Plenário do Senado, impôs modificações ao projeto original do governo, que já fora alterado pela Câmara dos Deputados.

O substitutivo introduz a pena de reclusão de um a quatro anos, além de multa, para o funcionário público que revelar informação privilegiada ou dela fizer uso para obter vantagem econômica. Além do Código Penal, o projeto altera o Código de Processo Penal, ao permitir que o juiz afaste, por até quatro meses, o funcionário público acusado.

Senado analisará uniformização de mandatos no Poder Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, decidiu incluir na pauta da convocação extraordinária mais uma proposta que tramita na Casa: o projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que uniformiza o mandato dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro. A intenção é fazer com que os administradores dos tribunais tenham mandatos que coincidam com o ano fiscal, que, como o ano civil, começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro.

— Com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornou-se necessário, a nosso juízo, promover tal coincidência, de modo a tornar viável a aplicação da responsabilidade fiscal ao Poder Judiciário — afirma Alcântara, referindo-se à legislação aprovada em maio do ano passado.

Segundo o senador, os mandatos de presidentes e de outros dirigentes dos tribunais brasileiros,



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acompanhou o texto elaborado pelo relator da matéria, senador Bernardo Cabral

A versão oferecida por Cabral também define o crime de improbidade, como a utilização, autorização ou permissão para utilização de eventos, programas, obras, serviços ou campanhas custeadas pelos cofres públicos para promoção pessoal ou de terceiros. A pena prevista, de seis meses a dois

anos de detenção, também se aplica a quem utilizar ou autorizar a utilização de equipamentos de propriedade da administração pública sob sua guarda.

A mesma punição é aplicada a quem deixar de cumprir ou retardar o cumprimento de mandado ou decisão judicial, sem justificacão

plausível, com o objetivo de satisfazer interesse ou sentimento pessoal. O parecer aprovado pela CCJ alivia a pena mínima para o crime de excesso de exação (cobrança rigorosa de dívida ou impostos), de três para dois anos. A pena máxima é mantida em oito anos.

O projeto prevê ainda que seja aumentada em um terço a pena para o contrabando, no território nacional, de armas, munições e explosivos de uso restrito ou proibido. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Francelino Pereira (PFL-MG) parabenizaram Bernardo Cabral por seu trabalho na relatoria.

O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), informou aos integrantes da comissão que o governo solicitou a suspensão da tramitação do primeiro item da pauta. O projeto trata também dos crimes de especial gravidade — também chamados hediondos.

Viana apóia extinção da Sudam para "acabar com corrupção"

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem concordar com a proposta do governo de extinguir a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), desde que se acabe, de vez, "com a corrupção volumosa e violenta" que se verificou naquele órgão.

— A Sudam foi condenada, cometeu uma autofagia ao longo de sua história e apodreceu. Teve um desvio de finalidade e alimentou a

corrupção em uma região que já é pobre e tratada de maneira tão desproporcional como a região Norte — afirmou o senador.

Na avaliação do parlamentar, a Sudam precisa de uma revisão profunda, com uma mudança radical de nome e de finalidades.

Emilia deixa PDT com críticas ao "ziguezague" ideológico

A senadora Emilia Fernandes (RS) encaminhou ao PDT, ontem, seu pedido de desligamento da legenda. A decisão tem razões políticas e ideológicas, conforme a carta enviada ao presidente do partido, Leonel Brizola, e também endereçada à Executiva Regional do PDT.

Emilia apontou para a incoerência observada nas últimas decisões partidárias, que, a seu ver, desenhavam uma espécie de "ziguezague" ideológico, forjando alianças com

forças conservadoras. A senadora criticou a postura do partido nas eleições no estado do Rio Grande do Sul, onde, nos municípios do interior, chegaram a ocorrer alianças com o PSDB e, na capital, Porto Alegre, o PDT aliou-se aos adversários do governo do PT.

CPI do Futebol debate hoje agenda de depoimentos

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), disse que quando a comissão retomar os trabalhos, a partir do dia 15 de fevereiro, o principal alvo de investigações vai ser o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do Vasco da Gama. Os senadores da CPI pretendem definir hoje uma agenda de depoimentos para o reinício das atividades.

Althoff afirmou, no entanto, que não serão investigados os incidentes ocorridos em São Januário no dia 29 de dezembro, na final da Copa João Havelange, quando a superlotação do estádio do Vasco e a má qualidade do alambrado de contenção da torcida quase ocasionaram uma tragédia. "Não podemos perder o foco, tentando abranger vários temas. Nosso objetivo é investigar irregularidades financeiras, fiscais e tributárias, e fraudes comuns no mundo do futebol", explicou o senador.

Tanto o relator Geraldo Althoff quanto o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), não aceitam o argumento da defesa de Eurico Miranda de que o desconto de um cheque de US\$ 110 mil no Uruguai foi feito no mandato anterior do deputado, o que desqualificaria a acusação de falta de decoro parlamentar. "A legislação era a anterior, mas se a denúncia for comprovada, houve quebra de decoro, sim", disse Althoff. Álvaro Dias tem a mesma opinião.

MAGUITO

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) vai encontrar-se hoje com o ministro do Esporte, Carlos Melles, e pretende dizer-lhe que é contra o adiamento do fim do passe, que é defendido pelos clubes e pela própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Chama-se "passe" o direito de propriedade dos clubes sobre jogadores de futebol, e a legislação em vigor prevê o fim desse direito a partir de março.

Maguito Vilela foi o relator da medida provisória editada durante a gestão do deputado federal Raphael Greca (PFL-PR) no Ministério dos Esportes. Essa MP modificou a Lei Pelé e adiou por um ano o fim do passe — a extinção era para ter ocorrido no ano passado.



Alcântara é autor da proposta



Viana acusa Sudam de estar "podre"



Emilia fez críticas ao PDT no RS

A sessão de ontem do Congresso Nacional foi presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães e pelo deputado Heráclito Fortes